

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a JUNHO (1º SEMESTRE) /2020



Sumário

I. Introdução	3
I.1. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS.....	4
II. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.8
III. Rentabilidade dos Investimentos	9
III.1 Custos com a Administração dos Investimentos.....	16
III.2 Créditos de Liquidação Duvidosa nos Investimentos.....	18
IV. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	20
IV.1 Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial	21
IV.2 Maturidade e Solvência dos Planos	23
V. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária	24
VI. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade	27
VII – Acompanhamento das Demonstrações Contábeis.....	33
VIII – Documentos de Referência (Analisados) no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020.....	38
IX – Manifestação.....	39
X. Glossário de Termos	40
XI. Assinaturas.....	41



I. Introdução

A Resolução nº13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas; (resultados das auditorias necessitam ser apresentados conforme essa determinação)

II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Desta forma, observadas as premissas expressas no artigo 19 da Resolução nº13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, o Conselho Fiscal da Eletros apresenta os resultados pertinentes primeiro semestre do ano de 2020 considerando as ações emanadas e sugeridas por esse CFE, as quais foram discutidas, analisadas e apresentadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020 e que constam nas referidas atas de reunião, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Cumprir registrar que a elaboração dessa manifestação tem o apoio e o suporte das áreas internas da Eletros, quais sejam: Assessoria aos Órgãos Estatutários – AOE, Gestão de Controle de Investimentos – GCI, Gestão de Investimentos – GIN, Assessoria de Orçamento – AOR, Gestão de Contabilidade - GCO, Assessoria Atuarial e Controladoria de Benefícios – ACB, Gestão de Benefícios Previdenciários - GBP e Gestão de Riscos e Compliance – GRC.



Portanto de forma a atender aos requisitos, obrigações e responsabilidades estatutárias e legais, baseados em ampla e detida análise de documentação disponibilizada pela ELETROS, bem como de esclarecimentos exigidos e apresentados pelas áreas pertinentes e, também, seus administradores, o Conselho Fiscal da ELETROS – CFE, no cumprimento de suas atribuições, apresenta a sua manifestação referente ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020.

I.1. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

No acompanhamento realizado pelo Conselho Fiscal da ELETROS ao longo do período compreendido entre janeiro a junho de 2020, com base nas informações disponibilizadas pela Gestão de Pessoal e Administração – GPA em 23/03/2020 e em 09/06/2020, observa-se que todos os membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, Diretoria Executiva e integrantes dos Comitês de Gestão de Carteiras – CGC e do Comitê Executivo de Investimentos – CEI (sendo este último composto por todos membros da Diretoria Executiva) são certificados e estão com os certificados válidos.

O CGC é um Comitê de assessoramento da Diretoria Financeira, responsável por analisar, recomendar e submeter para decisão do CEI, na esfera de sua competência e alçada, as matérias relacionadas à gestão, controle e monitoramento dos investimentos.

A pontuação dos Conselheiros, Diretores e empregados que integram os Comitês de Investimento é acompanhada periodicamente dentro dos prazos e quando necessária complementação da pontuação são indicados e providenciadas inscrições em cursos e eventos para manutenção da certificação, bem como para enriquecer a qualificação deles.

Os certificados válidos constam do arquivo da Gestão de Pessoal e Administração – GPA e da Assessoria aos Órgãos Estatutários AOE, no âmbito de suas atividades.

Os novos Conselheiros que foram habilitados para seus cargos em 29/08/2019, 06/09/2019, 01/10/2019, 01/11/2019 e 05/12/2019 têm o prazo de até um ano para se certificar, de acordo com a Instrução PREVIC 13/2019. A ELETROS os informou a esse respeito e as orientações são dadas, visando à certificação tempestiva, bem como a ELETROS se responsabiliza pela cobertura da inscrição no processo de certificação, assim como o acompanhamento das respectivas certificações.

Todos os membros dos Órgãos Estatutários da ELETROS, de acordo com o previsto na legislação atinente, Instrução PREVIC 13/2019, só são investidos em seus cargos mediante a habilitação. Como a ELETROS não é ESI – Entidade Sistemicamente Importante, a referida legislação prevê que os Conselheiros são habilitados pelo Presidente da entidade, mediante a análise documental criteriosa feita de forma embasada na legislação e, em conjunto com a Assessoria aos Órgãos Estatutários - AOE, com apoio da Gestão Jurídica - GJU, quando necessário.

Já o Presidente e Diretores (dirigentes) são habilitados pela PREVIC, conforme Atestados de Habilitação anexados às respectivas Atas de Nomeação registradas junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro.



Ainda de acordo com a citada legislação, o Diretor Financeiro deve ser previamente certificado em certificação específica de investimentos, o que foi observado dentro do processo eleitoral respectivo.

Quadro em 30/06/2020

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	CERTIFICAÇÃO VIGENTE E VÁLIDA	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	REGRA PEC
Pedro Paulo da Cunha	Presidente	ICSS	03/08/17	03/08/20	13/11/19	22/09/22	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	30/11/19	30/11/22	13/01/20	13/01/23	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Max Leandro Ferreira Tavares	Diretor Financeiro	ICSS Ênfase Investimentos	01/01/20	01/01/23	21/01/20	20/01/23	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Jailson José Medeiros Alves	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	27/03/18	27/03/21	22/01/16	30/06/19	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Jack Nottingham Steiner	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS Prova	17/11/19	17/11/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Carol Sampaio Diogo de Siqueira	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	21/08/17	21/08/20	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
José Luiz Grünwald Miglievich Leduc	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	26/09/19	26/09/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Alice Valdez Salomão	Conselheira Deliberativa Efetiva	ICSS	06/10/19	06/10/21	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	15/06/19	15/06/21	10/02/17	21/11/20	-



Rosane Barboza da Silva	Conselheira Deliberativa Efetiva	ICSS	10/04/18	10/04/21	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Paulo Tadeu Paes Alves	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	06/02/18	06/02/21	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Hiram Carneiro Toledo dos Santos – (renunciou ao cargo em 02/04/20)	Presidente do Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	06/09/17	06/09/20	14/11/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Gustavo Botrel Coutinho de Melo	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS Prova	27/02/18	27/02/21	01/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Arthur Michilini Silva (****)	Analista de investimentos	CPA-20 AMBIMA	17/10/20 18	17/10/2021	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Luiz Guilherme de Franca Nobre Pinto	Gerente de Gestão de Investimentos	ICSS Ênfase Investimentos	17/12/19	17/12/22	-	-	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Marcelo da Fonseca Gouveia (****)	Especialista de Gestão Novos Negócios	APIMEC	20/04/17	20/04/22	Não Aplicável	Não Aplicável	Mínimo de 40 pontos ao final de 5 anos.
Rosemere Manoel da Silva (****)	Especialista de Gestão de Investimentos	APIMEC	20/04/17	20/04/22	Não Aplicável	Não Aplicável	Mínimo de 40 pontos em ao final de 5 anos.

(****) Os profissionais integravam a área de Gestão de Investimentos e/ou participavam do CGC, que é um Comitê recomendativo.

Novos Conselheiros - com prazo limite de até 1 ano do início do mandato para certificação, de acordo com a legislação pertinente. Cabe ressaltar que, em decorrência da pandemia da COVID-19 o prazo foi prorrogado pela Instrução Previc nº 28, de 19/05/2020, publicada em 20/05/2020, em função do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020, conforme transcrito a seguir:

"Art. 1º Ficam prorrogados por noventa dias após o término da vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020:



I - o prazo para apresentação dos certificados emitidos por instituição autônoma certificadora que tiverem a validade expirada no período de vigência do estado de calamidade pública; e

II - o prazo de obtenção da certificação das pessoas relacionadas nos incisos I, II e III de que trata o §1º do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015.

Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica ao AETQ e demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, para os quais são exigidos certificação prévia ao exercício dos respectivos cargos.”

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	PRAZO LIMITE CERTIFICAÇÃO PRORROGADO CONFORME INSTRUÇÃO PREVIC 28/2020
Thadeu Figueiredo Rocha	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	01/11/19	30/06/23	01/11/20
Homero Gonçalves de Andrade	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	06/09/19	30/06/23	06/09/20
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	06/09/19	30/06/23	06/09/20
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	PRAZO LIMITE CERTIFICAÇÃO
Ailton Andrade	Presidente do Conselho Fiscal /Conselheiro Fiscal Efetivo	NÃO TEM	29/08/19	30/06/23	29/08/20
Dan Abensur Gandelman	Conselheiro Fiscal Suplente até abril/20 e de maio a junho /20 Conselheiro Efetivo temporariamente	NÃO TEM	29/08/19	30/06/23	29/08/20
João Vicente Amato Torres	Conselheiro Fiscal Efetivo	NÃO TEM	05/12/19	30/06/23	05/12/20



II. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 13/12/2019, na 390ª reunião, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELETROS a Política de Investimento 2020-2024.

Cabe registrar que a Política tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Compete ao Conselho Fiscal, dentre outras responsabilidades, verificar que a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e correspondem as necessidades do plano.

No que diz respeito à aderência da alocação à política de investimentos referente ao primeiro semestre de 2020, considerando as informações disponibilizadas para o CFE, constata-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios por ela administrados em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	BD Eletrobras		CD Puro Eletrobras		CD Saldado Eletrobras	
	PI	jun/20	PI	jun/20	PI	jun/20
Renda Fixa	29,00% a 92,00%	60,00%	31,00% a 88,00%	66,80%	35,00% a 93,00%	63,20%
Renda Variavel	5,00% a 35,00%	26,30%	10,00% a 40,00%	28,00%	5,00% a 35,00%	28,70%
Estruturados	0,00% a 10,00%	1,00%	00,00% a 5,00%	0,00%	00,00% a 5,00%	0,00%
Imóveis	0,00% a 13,00%	8,70%	00,00% a 6,00%	3,00%	00,00% a 5,00%	4,90%
Op. Participantes	3,00% a 8,00%	3,90%	2,00% a 3,00%	2,30%	2,00% a 8,00%	3,10%
Exterior	0,00% a 5,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%

Segmentos	CV ONS		CV EPE		PGA	
	PI	jun/20	PI	jun/20	PI	jun/20
Renda Fixa	32,00% a 88,00%	70,40%	32,00% a 88,00%	70,40%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variavel	10,00% a 40,00%	27,60%	10,00% a 40,00%	27,80%		
Estruturados	0,00% a 10,00%	0,00%	00,00% a 5,00%	0,00%		
Imóveis	0,00% a 5,00%	0,00%	00,00% a 0,00%	0,00%		
Op. Participantes	2,00% a 8,00%	2,00%	2,00% a 2,00%	1,80%		
Exterior	0,00% a 5,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%		

Fonte: Planilha montada a partir o Relatório de Investimento de Junho/2020

Diante dos resultados apresentados, constata-se que todos os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos em todos os planos, foram respeitados neste primeiro semestre do ano de 2020.



Referencias:

- Política de Investimento de 2020 - aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELETROS na 390ª Reunião, realizada em 13/12/2019;
- Documentos complementares disponibilizados pela ELETROS ao CFE ao longo do período e para esse Relatório de Manifestação, e também os relacionados no item Documentos de Referência.

III. Rentabilidade dos Investimentos

IV. Durante o primeiro semestre de 2020, o Conselho Fiscal, em suas reuniões ordinárias e extraordinárias, analisou e discutiu internamente e junto a Direção da ELETROS, os resultados de rentabilidade dos investimentos, de cada plano de benefícios administrados pela ELETROS.

De forma frequente as equipes da ELETROS e/ou empresas de auditoria independentes, contratadas, elaboram documentos sobre rentabilidade dos ativos administrados pela ELETROS. Os documentos produzidos são compilados e analisados pelo Conselho Fiscal e permitem que se comprovem os rendimentos alcançados por plano de benefício e por perfil de investimento bem como questões relativas a aspectos que impactam nos rendimentos realizados, como aspectos dos cenários nacional e internacional.

Os resultados médios alcançados no primeiro semestre de 2020, foram fortemente impactados pelas consequências econômicas advindas da pandemia do COVID-19, quando a partir de meados de março/2020 toda a atividade econômica e, conseqüentemente, os investimentos, sofreram severas perdas, em escala mundial.

A respeito dos reflexos da pandemia da COVID-19 sobre os ativos é importante destacar trecho que consta do relatório: "Revisão das informações contábeis intermediárias", elaborado pela KPMG, emitido em 19/11/2020, no item 10, página 25/26, que declarou:

"10 Efeitos da pandemia causada pelo Coronavírus na ELETROS

Com relação aos efeitos do Coronavírus, a Eletros vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades de saúde visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia do COVID-19. Os impactos operacionais devido às medidas restritivas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal estão sendo mitigados sem prejuízo aos participantes.

O impacto do Covid-19 sobre o preço dos ativos até o mês de março/20 foi significativamente negativo. A partir de abril/20, ocorreu uma recuperação no valor dos ativos, mais especificamente, os preços das ações, fazendo com que o resultado de abril até junho fosse positivo, entretanto, no acumulado do semestre, ainda fosse negativo.

...O segmento das patrocinadoras não foi relevantemente afetado pela Covid-19, não ocorrendo problemas nos repasses de suas contribuições previdenciárias. Quanto aos participantes não ocorreram saídas relevante, não impactando no custeio previdenciário dos planos de benefícios administrados pela Eletros "

Cabe salientar que as metas ou resultados previstos, para o período janeiro a junho de 2020, são elaborados a partir de projeções e estudos de matriz econômica e atuarial que visam



garantir a sustentabilidade de cada plano administrado pela ELETROS de forma a possibilitar o recebimento de benefícios previdenciários, que cada participante ou dependente poderá fazer jus, no futuro.

Assim os resultados do primeiro semestre de 2020 apresentaram resultados inferiores aos previstos, para todos os planos de benefícios, dada a notória influência da pandemia da COVID-19 em relação aos investimentos, em escala global, conforme dados da tabela a seguir.

RENTABILIDA NOMINAL PREVISTA NA PI X REALIZADA			
	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial
BD Eletrobras	4,03%	-1,81%	4,05%
CD Eletrobras Puro	3,71%	-1,83%	4,05%
CD Eletrobras Saldado	4,05%	-5,01%	4,05%
CV ONS	3,91%	-2,44%	4,05%
CV EPE	3,96%	-2,65%	4,05%
PGA	2,39%	1,51%	2,17%

* Estimativa de INPC em 1,70% menor que o INPC realizado de 0,36%

Os resultados médios apresentados na tabela acima representam os valores percentuais previstos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos, de cada plano de benefício e nas tabelas a seguir são apresentados os resultados em valores absolutos obtidos e os respectivos esclarecimentos, para cada plano de benefício.

Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 2,05 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2020 foi negativa em R\$ 112,70 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 101,45 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativa em R\$ 8,83 milhões
Imóveis	Negativa em R\$ 1,41 milhão
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,39 milhão
Fundo Investimento Participações	Negativa em R\$ 0,40 milhão
Outros	Negativa em R\$ 0,22 milhão
Total do plano BD ELETROBRÁS	Negativa em R\$ 112,70 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ter sido bem inferior a variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2020.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo.

Imóveis²: A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2020 ficou muito próxima ao valor previsto para o semestre. A pequena diferença diz respeito a uma

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



inflação realizada bem menor do que a inflação prevista, impactando, marginalmente, os reajustes dos aluguéis.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o semestre. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada menor do que a inflação prevista.

Fundo Investimento Participações: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o semestre.

Outras: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o semestre.

fonte: MEMO DF/GIN 009/20, página 1.

CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 392 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2020 foi negativa em R\$ 35,00 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 26,37 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativa em R\$ 8,40 milhões
Imóveis	Negativa em R\$ 0,15 milhão
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,10 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,02 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Negativa em R\$ 35,00 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ter sido bem inferior a variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2020.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: A principal variação ocorreu por pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo.

Imóveis³: A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2020 ficou muito próxima ao valor previsto para o semestre. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada bem menor do que a inflação prevista, impactando, marginalmente, os reajustes dos aluguéis.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o semestre. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada menor do que a inflação prevista.

fonte: MEMO DF/GIN 009/20

1.3 CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,63 bilhão:

³ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2020 foi negativa em R\$ 80,24 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 81,62 milhões
Títulos Públicos	Positivo em R\$ 14,00 milhões
Fundo de RF + Créditos Privados	Negativa em R\$ 12,12 milhões
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,30 milhão
Imóveis	Negativa em R\$ 0,38 milhão
Outros	Positivo em R\$ 0,18 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Negativa em R\$ 80,24 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ter sido bem inferior a variação projetada do IBRX previsto para o primeiro semestre de 2020.

Títulos Públicos: a principal variação ocorreu por conta da valorização da carteira de NTN-B's adquiridas no mês de março de 2020.

Fundo de RF + Créditos Privados: a variação negativa ocorreu pelo fato de alguns títulos de créditos terem a sua taxa elevada.

Imóveis⁴: A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2020 ficou muito próxima ao valor previsto para o semestre. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada bem menor do que a inflação prevista, impactando, marginalmente, os reajustes dos aluguéis.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o semestre. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada menor do que a inflação prevista.

fonte: MEMO DF/GIN 009/20

CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 689 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2020 foi negativa em R\$ 37,61 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 38,69 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 1,34 milhões
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,50 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,24 milhão
Total do plano CV ONS	Negativa em R\$ 37,61 milhões



Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ter sido bem inferior a variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2020.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: a principal variação ocorreu por conta da valorização da carteira de NTN-B's adquiridas no mês de março de 2020.

fonte: MEMO DF/GIN 009/20

CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 106 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2020 foi negativa em R\$ 5,81 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 5,95 milhões
Outras	Positivo em R\$ 0,14 milhão
Total do plano CV EPE	Negativa em R\$ 5,81 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ter sido bem inferior a variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2020.

fonte: MEMO DF/GIN 009/20

PGA – saldo de R\$115,0 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2020 foi negativo em R\$ 1,05 milhões no período. A variação negativa ocorreu por conta da elevação das taxas dos títulos de renda fixa que compõem a parcela dos investimentos do PGA.

fonte: MEMO DF/GIN 009/20

Os planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS possuem um mecanismo específico, oferecido pela ELETROS, opções de perfil de investimentos, com cinco (5) modalidades: Agressivo, Moderado, ELETROS, Conservador e Super Conservador.

Assim os participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS podem adotar um dos perfis de investimentos existentes e, semestralmente, podem fazer a migração, registrando sua opção nos canais informados pela ELETROS. A escolha de um perfil de investimento, aos participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS é feita de forma livre e opcional de maneira que cada participante possa adotar um perfil de investimento que seja mais adequado a sua visão de risco e perspectiva de rendimento.

Nas tabelas a seguir são apresentados os resultados, para o primeiro semestre de 2020 (janeiro a junho/2020), por perfil de investimento, considerando cada um dos ativos de investimento dos planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS:



Plano CD Eletrobrás

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,77%	2,40%	2,78%	2,41%	2,78%	2,41%	2,78%	2,41%	2,79%	2,42%
Renda Variável	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	0,00%	0,00%
Imóveis	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%
Empréstimo	4,92%	4,54%	4,92%	4,54%	4,91%	4,54%	4,93%	4,55%	4,93%	4,55%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	-4,96%	-5,30%	-2,46%	-2,81%	-2,45%	-2,80%	-0,15%	-0,51%	2,86%	2,49%

fonte: **ELETROS**

Plano CV EPE

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,69%	2,33%	2,72%	2,35%	2,72%	2,35%	2,74%	2,37%	2,75%	2,38%
Renda Variável	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	0,00%	-0,36%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo	4,88%	4,50%	4,88%	4,51%	4,88%	4,51%	4,88%	4,51%	4,88%	4,50%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	-5,04%	-5,38%	-2,54%	-2,89%	-2,57%	-2,92%	-0,05%	-0,41%	2,78%	2,41%

fonte: **ELETROS**

Plano CV ONS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,73%	2,36%	2,75%	2,38%	2,75%	2,38%	2,76%	2,39%	2,38%	2,40%
Renda Variável	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,41%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo	4,22%	3,84%	4,21%	3,84%	4,21%	3,84%	4,22%	3,85%	3,84%	3,88%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	-4,89%	-5,23%	-2,51%	-2,86%	-2,53%	-2,88%	-0,11%	-0,47%	-2,88%	2,43%

fonte: **ELETROS**

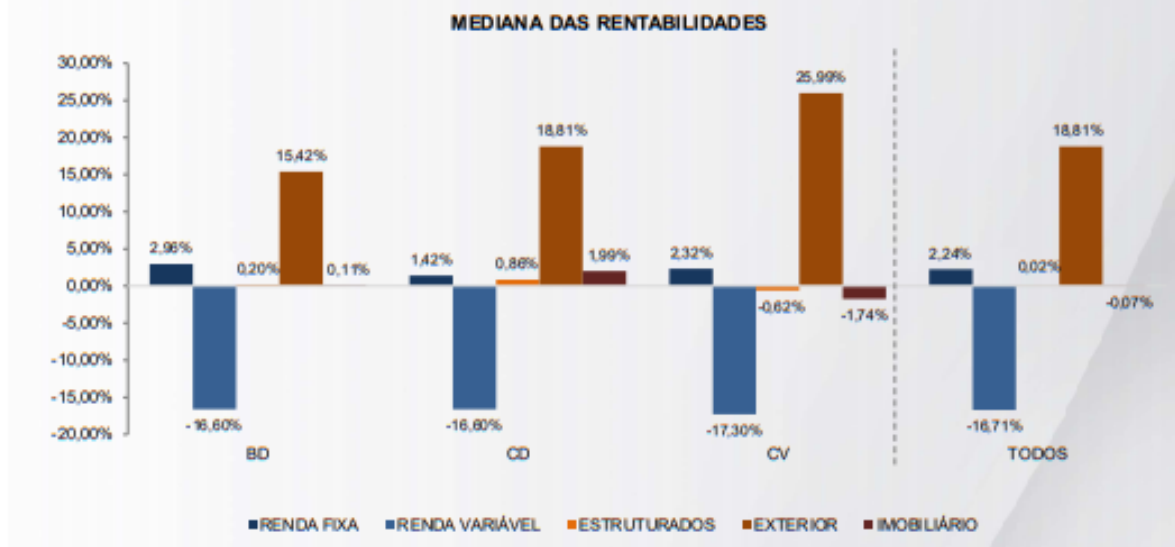
A fim de atender os preceitos da Resolução CNPC nº 30/2018 que estabeleceu a necessidade da realização de estudo técnico para demonstração da convergência entre a rentabilidade dos investimentos e a taxa real de juros, para planos de benefícios que possuam benefícios estruturados na modalidade de benefício definido – BD a ELETROS utilizou os serviços da consultoria Willis Towers Watson – WTW, para avaliar as questões pertinentes ao plano BD Eletrobrás.

As informações a seguir foram extraídas de relatório que foi elaborado pela consultoria ADITUS,



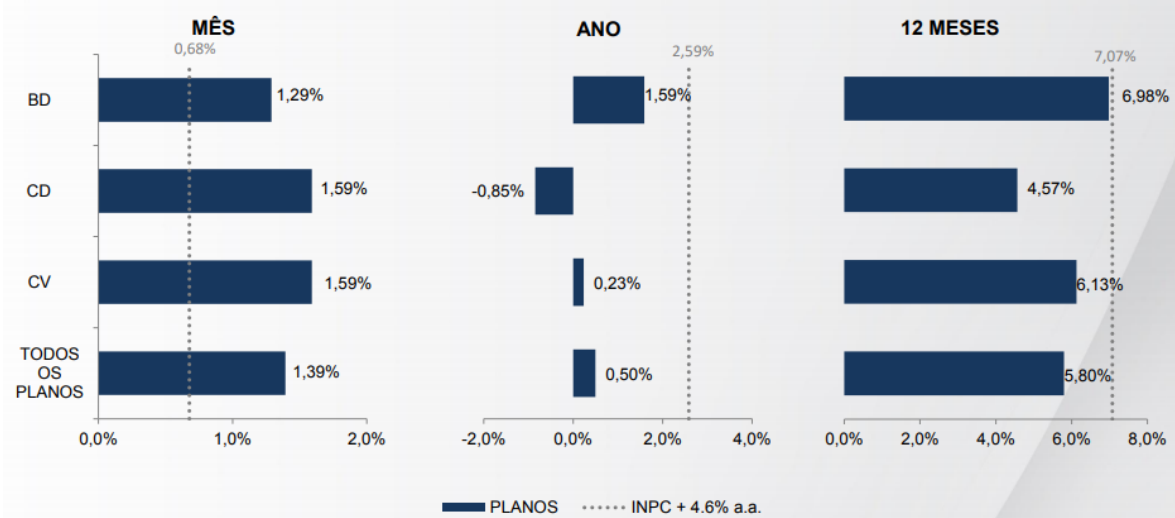
RESULTADOS DOS PLANOS POR SEGMENTOS

NO ANO - 2020



RESULTADOS DOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS

MEDIANA DAS RENTABILIDADES – JUNHO 2020



fonte: Estudo comparativo de desempenho – ADITUS JUNHO 2020

Comparando o estudo realizado pela consultoria externa ADITUS, tabela acima, com os resultados alcançados pela ELETROS, no primeiro semestre de 2020, é possível destacar que o plano de benefícios BD – Eletrobrás teve resultado inferior a mediana da ADITUS por conta da elevada exposição a Renda Variável no período e baixo desempenho da renda fixa com os títulos marcados à mercado.



Os planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS, apresentaram resultados um pouco inferiores nos ativos de renda variável, quando comparados com os estudos comparativos da ADITUS. Em relação à renda fixa os planos CV EPE e ONS, foram superiores em 2,72% vs. 2,32% e 2,75% vs. 2,32% respectivamente. Já o plano CD Eletrobrás apresentou na renda fixa uma rentabilidade superior de 2,29% vs. 1,42% da mediana do segmento segundo a ADITUS.

Cabe ressaltar que os ativos das carteiras de renda fixa dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS possuem títulos atrelados ao CDI, enquanto que os Planos CDs e CVs, do estudo da ADITUS, possuem, na grande maioria dos planos de benefícios estudados, carteiras de renda fixa com títulos atrelados a índices de preços.

O plano PGA, com ativos exclusivamente em renda fixa apresentou resultado consideravelmente superior, quando comparado a mediana dos planos CD/CV apresentado pelo estudo comparativo da ADITUS, com um resultado positivo de 1,51%.

	BD Eletrobras	CD Eletrobras	CV ONS	CV EPE	PGA
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Renda Fixa	2,91%	2,29%	2,75%	2,72%	1,51%
Renda Variável	-17,12%	-17,12%	-17,12%	-17,12%	0,00%
Imóveis	3,46%	3,46%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	5,19%	4,68%	4,22%	4,88%	0,00%
Inv. Estruturados	2,26%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	-1,81%	-2,47%	-2,44%	-2,65%	1,51%

fonte: ELETROS

III.1 Custos com a Administração dos Investimentos

Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	69	21	27	20	0
Gestão	4.245	0	216	3.964	65
ADM	60	0	22	25	13
Custódia	237	88	109	40	0
Performance	4.260	0	0	4.260	0
DOC	0	0	0	0	0
CPMF	0	0	0	0	0
IOF	64	0	64	0	0
CVM	147	0	80	65	1
CETIP	253	86	101	63	2
CBLC	18	5	0	13	0
SELIC	48	15	31	2	0
BACEN	0	0	0	0	0
ANDIMA	0	0	0	0	0
ANBIMA	19	0	8	10	0
Taxa de Swap	0	0	0	0	0
Taxa de Bolsa	18	0	7	11	0
Corretagem RV	1.564	148	0	1.416	0
Emolumentos RV	479	94	0	385	0
Cartório	0	0	0	0	0
Consultoria	0	0	0	0	0
Auditoria	33	0	16	17	0
Tx de Permanência	1	0	0	0	0
Outros	8	0	0	2	6
TOTAL DAS DESPESAS	11.522	458	682	10.295	87



Despesas Administrativas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado
Pessoal e Encargos	4.740
Treinamentos, Congressos e Seminários	1
Viagens e Estadias	2
Despesas Gerais	351
Depreciação e Amortização	76
Serviços de Terceiros	819
Outros	0
Total	5.989

Despesas de 2020 x 2019 (em R\$ mil)

Despesa	1º SEM/2020	Dos Recursos Garantidores (%)	1º SEM/2019	Dos Recursos Garantidores (%)	Varição (%)
1 - Administrativa de Gestão Previdenciária	7.594	0,15%	8.027	0,16%	-5,39%
2 - Administrativa de Investimentos	5.989	0,12%	6.455	0,13%	-7,22%
3 - Direta de Investimentos	11.522	0,23%	4.706	0,09%	144,84%
4 - Total de Despesa Administrativa (1+2)	13.583	0,27%	14.482	0,29%	-6,21%
5 - Total de Despesa de Investimento (2+3)	17.511	0,35%	11.161	0,22%	56,89%
6 - Total de Despesa (1+2+3)	25.105	0,50%	19.188	0,39%	30,84%
7 - Recursos Garantidores	4.984.170		4.967.030		0,35%

O acréscimo de 144,84% quando comparados os resultados do total de despesa no primeiro semestre de 2020 quando comparado com o primeiro semestre de 2019 pode ser justificado pelo acréscimo de despesas "direta de investimentos".

É importante salientar que o aumento das despesas "direta de investimentos" é justificável pelos seguintes aspectos:

- Acréscimo no volume de recursos administrados por terceiros (de 0,09% em 2019 para 0,23% em 2020);
- É importante salientar que quando uma carteira administrada por terceiros supera seus benchmarks essa administradora também faz jus a uma remuneração por performance, o que apesar de representar um aumento de despesa, traduz em maior retorno líquido à ELETROS e, por conseguinte, aos participantes dos planos de benefícios administrados pela ELETROS;

Os planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS possuem um mecanismo específico, oferecido pela ELETROS, opções de perfil de investimentos, com cinco (5) modalidades: Agressivo, Moderado, ELETROS, Conservador e Super Conservador.

Assim os participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS podem adotar um dos perfis de investimentos existentes e, semestralmente, podem fazer a migração, registrando sua opção nos canais informados pela ELETROS. A escolha de um perfil de investimento, aos participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS é feita de forma livre e opcional de maneira que cada participante possa adotar um perfil de investimento que seja mais adequado a sua visão de risco e perspectiva de rendimento.

Nas tabelas a seguir são apresentados os resultados, para o primeiro semestre de 2020 (janeiro a junho/2020), por perfil de investimento, considerando cada um dos ativos de investimento dos planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS:



Plano CD Eletrobrás

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,77%	2,40%	2,78%	2,41%	2,78%	2,41%	2,78%	2,41%	2,79%	2,42%
Renda Variável	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	0,00%	0,00%
Imóveis	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%	3,46%	3,09%
Empréstimo	4,92%	4,54%	4,92%	4,54%	4,91%	4,54%	4,93%	4,55%	4,93%	4,55%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	-4,96%	-5,30%	-2,46%	-2,81%	-2,45%	-2,80%	-0,15%	-0,51%	2,86%	2,49%

Fonte Eletros

Plano CV ONS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,73%	2,36%	2,75%	2,38%	2,75%	2,38%	2,76%	2,39%	2,38%	2,40%
Renda Variável	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,41%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo	4,22%	3,84%	4,21%	3,84%	4,21%	3,84%	4,22%	3,85%	3,84%	3,88%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	-4,89%	-5,23%	-2,51%	-2,86%	-2,53%	-2,88%	-0,11%	-0,47%	-2,88%	2,43%

Fonte: Eletros

Plano EPE

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	2,69%	2,33%	2,72%	2,35%	2,72%	2,35%	2,74%	2,37%	2,75%	2,38%
Renda Variável	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	-17,12%	-17,41%	0,00%	-0,36%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo	4,88%	4,50%	4,88%	4,51%	4,88%	4,51%	4,88%	4,51%	4,88%	4,50%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	-5,04%	-5,38%	-2,54%	-2,89%	-2,57%	-2,92%	-0,05%	-0,41%	2,78%	2,41%

Fonte: Eletros

III.2 Créditos de Liquidação Duvidosa nos Investimentos

(...)

Conforme relatório: "Revisão das informações contábeis intermediárias" elaborado pela KPMG auditores independentes, emitido em 05 de outubro de 2020, foi declarado no item 4 - página 11, provisão de créditos de Liquidação Duvidosa PCLD de empréstimos, no valor de R\$ 3.830 mil em 30/06/2020 (2.569 mil em 30/12/2020).

Provisão para perdas na realização de créditos

O fator que contribuiu de forma relevante para a elevação dos valores de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi a mudança de metodologia de cálculo da PCLD aplicada a partir da implementação da nova modalidade de empréstimos da Eletros (modalidade com quantidade fixa de prestações).





Esta mudança de metodologia foi baseada no disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias

Baseado nisso, na nova modalidade de empréstimos, quando o mutuário deixa de pagar uma das prestações, o saldo devedor de todo o contrato passa a compor a base de cálculo da PCLD e o percentual de cálculo adotado na apuração da provisão considera a data da prestação mais antiga em aberto, de modo que acaba sendo provisionado até 100% do saldo devedor de contratos que tenham qualquer prestação em atraso, mesmo que o mutuário esteja com apenas uma prestação em atraso e já tenha voltado a pagar todas as demais prestações correntes.

Essa metodologia de cálculo de PCLD é diferente do que ocorre com os contratos da modalidade antiga onde a provisão é totalmente revertida caso o participante voltar pagar em dia suas parcelas mesmo tendo alguma prestação passada em aberto.

Inicialmente a quantidade de contratos da nova modalidade era pequena, mas com o passar do tempo foi aumentando e, assim, o impacto da nova metodologia tornou-se mais evidente principalmente nos planos nos quais a maioria dos contratos já são do novo modelo de empréstimos.

Adicionalmente à mudança da metodologia, observou-se também reestruturação nos quadros funcionais de algumas Patrocinadoras, por exemplo ONS, com o desligamento de muitos colaboradores que ficaram sem renda na patrocinadora e conseqüentemente sem desconto na folha de ativos, gerando o atraso de parcelas por um curto período de tempo.

Observamos que alguns dos desligados das patrocinadoras vieram a se aposentar pela Eletros alguns meses depois, voltando a ter renda onde as prestações de empréstimos voltaram a ser descontadas, mas a prestação antiga em aberto continuou a impactar a PCLD.

Recentemente iniciamos procedimento administrativo visando viabilizar a regularização das parcelas em aberto nestes contratos e assim, equalizar os valores da PCLD que sejam reflexos dessas ocorrências.

Cabe lembrar que mesmo em casos que mutuário não pague neste momento a prestação antiga em aberto, mas esteja pagando as prestações correntes, isso não significa necessariamente uma perda para a Eletros, pois o saldo de PCLD vai sendo revertido (à medida em que a dívida diminui a cada pagamento) e eventual prestação vencida que permaneça em aberto pode ser cobrada ao final do contrato."

(...)

De acordo com o relatório: "Revisão das informações contábeis intermediárias", elaborado pela KPMG, emitido em 19/11/2020, no item 6, subitem 6.1, página 19/26, foi declarado:

"... 6.1 Passivos Contingentes –

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 3.824 em 30 de junho de 2020 (R\$ 3.530 em 31 de dezembro de 2019), e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.



IV. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal atua tanto na emissão de Parecer sobre os testes de aderência—das premissas, hipóteses atuariais e taxas de juros, assim como constantemente busca evidências da aderência das mesmas para os planos BD, CD e CV, administrados pela Eletros. As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os planos administrados pela Eletros.

PLANO BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2019
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-83
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 6 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	1,00%
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	4,80% a.a.

Planos CDs e CV administrados pela ELETROS

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2019
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	4,80% a.a.*

Dentre as premissas acima, a taxa de mortalidade é uma das que apresentam maior impacto, principalmente para cálculo do equacionamento financeiro do plano BD. Ao longo de 2020 o CFE avaliou junto a área atuarial da Eletros esta hipótese, acompanhando a evolução de falecimentos no plano. De 31/12/2017 para 31/12/2018 houve uma alteração da hipótese de Mortalidade Geral, que saiu da tábua AT-2000 Basic M&F para a tábua AT-2000 M&F suavizada em 10%, que se manteve neste exercício. Tal suavização prevê, na prática, menos mortes do conjunto de participantes, sendo necessário maior provisionamento para pagar benefícios (especialmente no plano BD). Desta forma o CFE considerou a hipótese adequada, uma vez que está em consonância a prática conservadora observada no mercado de previdência.

As hipóteses de taxas reais de juros que válidas de 31/12/2019 até 30/06/2020 são:

PLANO	Hipóteses válidas de 31/12/2019 a 30/06/2020
BD Eletrobrás	5,64%



CD Eletrobrás	5,25%
CV ONS	5,25%
EPE	5,25%
CD CERON	4,40%

Entre outras premissas, a área atuarial da Eletros, Assessoria Atuarial e Controladoria de Benefícios - ACB e a Consultoria Willis Towers Watson (Plano BD) consideraram adequadas e aderentes, ao qual o CFE emitiu parecer de concordância após análise de apresentações e documentação.

IV.1 Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013 e 2015) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/benefícios:

Empregados ativos	nov/19	fev/20	abr/20
Contribuição Normal média	13,90%	13,90%	13,90%
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	4,62%	4,62%	4,25%
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	22,78%	24,22%
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	0,00%	4,85%	4,94%
Total	18,52%	46,15%	47,31%

Aposentados	nov/19	fev/20	abr/20
Contribuição Normal média	7,82%	7,82%	7,82%
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,81%	2,81%	2,11%
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	11,33%	11,23%
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	0,00%	6,68%	6,58%
Total	10,63%	28,64%	27,74%

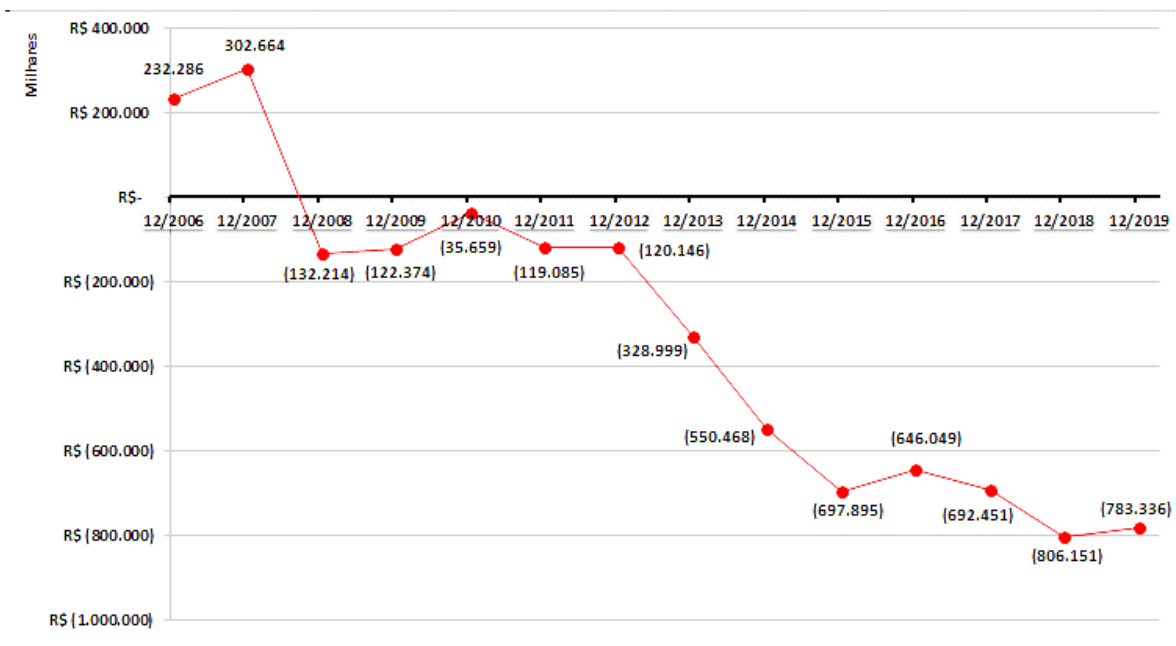
Pensionistas e optantes pelo BPDs	nov/19	fev/20	abr/20
Contribuição Normal média	0,00%	0,00%	0,00%
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	0,00%	0,00%	0,00%
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	0,00%	0,00%
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	0,00%	6,68%	6,58%
Total	0,00%	6,68%	6,58%

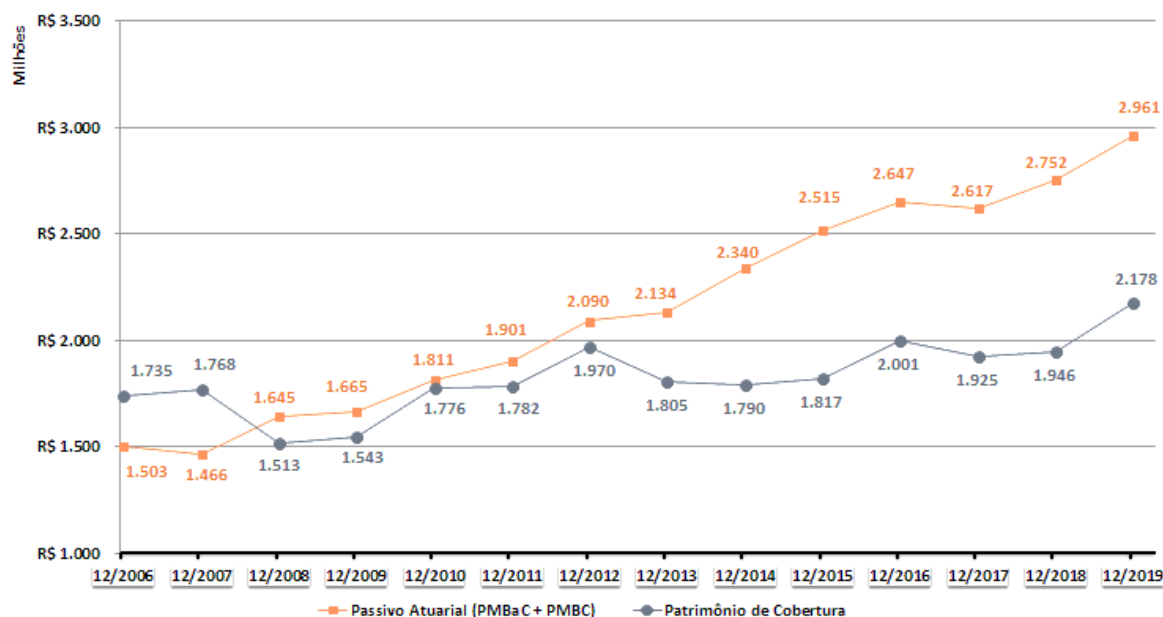


No ano de 2019, houve retração do déficit. Como aponta a consultoria atuarial Willis Towers Watson, o déficit técnico reduziu de 164.581.331,36 em 31/12/2018 para 113.904.283,27 em 31/12/2019. Tal redução se deu, em grande maioria, pela rentabilidade do plano BD Eletrobrás. A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios BD Eletrobrás líquida da taxa de administração foi de 24,85% em 2019. Esse percentual líquido da inflação anual de 4,48% (variação do INPC no ano de 2019) resulta em uma rentabilidade de 19,49%, que é superior à hipótese da taxa real anual de juros daquele ano de 5,64% a.a. A rentabilidade mencionada reflete a marcação a mercado dos ativos do plano ocorrida em 31/12/2019.

O déficit apurado em 31/12/2019 é inferior ao limite de equacionamento definido pela Resolução CNPC 30 de 2018, não havendo obrigação de equacionar via parcelas adicionais.

Para melhor acompanhar a evolução dos déficits em equacionamento, as tabelas com Evolução do Patrimônio, do Passivo Atuarial e dos Déficits do Plano BD Eletrobrás são apresentadas a seguir. Na próxima manifestação semestral deste conselho, será observada a evolução do déficit, cujo ajuste para verificação de necessidade de equacionamento é feita com base em 31/12 de cada ano.





IV.2 Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados retrato de 30/06/2020 dos percentuais de grau de maturidade e graus de solvência bruto e líquido.

PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRÁS	93,81%	67,38%	88,26%
CD ELETROBRÁS	65,39%	100,63%	99,21%
CV ONS	34,96%	101,36%	100,00%
EPE	10,27%	104,07%	100,00%

O CFE destaca a diferença para o grau de solvência bruto e líquido do plano BD Eletrobrás, que se dá pelos déficits em equacionamento, conforme destacado anteriormente. O conselho fiscal segue atento aos equacionamentos, assim como os desdobramentos das contribuições do TAC assinado que foi cumprido por parte da Eletros em março/2020. No plano BD há R\$ 655.484.389 de provisões matemáticas a constituir (Déficits 2011, 2013 e 2011) e R\$ 113.904.283 de déficit técnico acumulado (última apuração de 31/12/2019), frente a um ativo total de R\$ 2.289.308.887. Esses valores explicam a grande diferença entre o grau de solvência bruto e líquido. Há também uma forte queda no grau de solvência bruto no Plano BD Eletrobrás em relação à última manifestação, isso se dá pela queda do valor do patrimônio investido por conta da pandemia de COVID-19. Os dados aqui expostos levam em conta o período base dessa base da manifestação (de 1º de janeiro a 30 de junho/20) mas cabe salientar que já apresentou recuperação, considerando a data de emissão deste parecer.



V. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

Em 24/08/2020, por meio do memorando DF/AOR-009/20, foi encaminhado ao Conselho Fiscal os relatórios de acompanhamento orçamentário e os respectivos esclarecimentos para as principais variações entre o previsto e o realizado de janeiro a junho de 2020.

Salienta-se que ao longo do 1º semestre de 2020, o Conselho Fiscal apreciou os acompanhamentos orçamentários mensais, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas pelo Conselho Fiscal neste período.

Importante registrar que na análise da execução orçamentária, foi identificada a ocorrência de variações entre o previsto e o realizado. Dentre as variações, destacam-se:

1- Provisões Atuariais (Planos BD-ELETROBRÁS e BPDS)

De acordo com o MEMO-DB/ACB - 006/20, de 04/08/2020 a diferença entre o previsto e realizado dos Planos BD-ELETROBRÁS e BPDS representam um montante de R\$ 47 Milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Plano	BD Eletrobrás
A	(-) Variação prevista	R\$ 13.749.885
B	(-) Variação realizada	-R\$ 32.923.746
C = B - A	Diferença a justificar	-R\$ 46.673.631

Impacto em função de:		
D	INPC realizado < INPC esperado	-R\$ 25.604.273
E	Acréscimo não esperado das Provisões Matemáticas a Constituir, considerando o ajuste do Plano de Equacionamento do Déficit de 2011.	-R\$ 33.958.694

F = C - D - E	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	R\$ 12.889.336
---------------	---	----------------

Fonte: MEMO-DB/ACB - 006/20, de 04/08/2020

Dentre as justificativas apresentadas no referido Memorando, observa-se que o maior impacto da variação está na rubrica "provisões matemáticas a constituir", correspondente a R\$ 34 Milhões.



2- Resultados de Investimentos dos Planos

No 1º semestre de 2020 o resultado acumulado dos investimentos apresentou variação negativa de 170,4 % (R\$ 272,4 MM) em relação ao valor previsto para o período, de acordo com a seguinte composição por Planos:

Resultado dos Investimentos	Previsto 2020 JAN - JUN	Realizado 2020 JAN - JUN	Var. %	Var. R\$ Mil
Plano BD	71.152	-41.553	-158,4%	-112.705
Plano BPDS	13.381	-21.623	-261,6%	-35.004
Plano CD - Eletrobrás	49.342	-30.900	-162,6%	-80.242
Plano CV ONS	20.161	-17.452	-186,6%	-37.612
Plano CV EPE	3.030	-2.781	-191,8%	-5.811
PGA	2.780	1.726	-37,9%	-1.053
TOTAL	159,85	-112,58	-170,4%	-272,43

Fonte: Consolidado a partir das informações do MEMO-DF/AOR- 009/20

Destaca-se que as principais variações negativas que contribuíram para este resultado estão relacionadas a Ações e Fundos de Investimentos em Ações (a variação da carteira total foi bem inferior a variação projetada do IBRx).

O detalhamento das principais variações está contido no documento MEMO-DF/GIN - 009/20.

4- Contingências

Os valores Previstos e Realizados para o período de janeiro a junho de 2020 estão demonstrados de forma sucinta na tabela abaixo, conforme consta do Memorando DF/AOR-009/20, de 24/08/2020.



	(Em R\$)		
Contingências	Previsto 2020 JAN - JUN	Realizado 2020 JAN - JUN	Var. %
Plano BD	-4.087	375	-9,2%
Plano BPDS	-46	0	0,0%
Plano CD - Eletrobrás	-82	0	0,0%
Plano CV ONS	-27	0	0,0%
Plano CV EPE	0	0	-
PGA	-1.103	-771	69,9%
TOTAL	-5.346	-396	7,4%

Fonte: Consolidado a partir das informações do MEMO-DF/AOR- 009/20

Constata-se que ao longo do semestre houve variações orçamentárias importantes entre o Previsto e Realizado. O valor Previsto é fornecido tendo como base o valor do ano anterior, atualizado e distribuído ao longo dos meses. Importante registrar a Eletros segue as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Com relação às contingências a Norma utilizada para a classificação dos prognósticos é a NBC TG 25(R1).

O MEMO-PR/GJU - 040/20, datado de 14 de agosto de 2020, apresenta as justificativas referentes às variações orçamentárias entre Previsto e Realizado do Item "Contingências da Demonstração de Resultado, nos planos administrados pela ELETROS.

5- Indicadores de Desempenho de Gestão

Anualmente, o Conselho Deliberativo da Fundação – CDE aprova as metas para os indicadores de gestão das despesas administrativas.

Para o exercício de 2020 foram estabelecidos os seguintes indicadores para acompanhamento e controle:

1. Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores;
2. Despesas Administrativas de Pessoal e Encargos em relação aos Recursos Garantidores;
3. Limite da Taxa de Administração;
4. Índice de Cobertura das Despesas Administrativas;
5. Despesas Administrativas em relação ao Fundo Administrativo; e



6. Constituição do Fundo Administrativo

Conforme demonstrado no MEMO-DF/AOR- 009/20 todos os indicadores apurados tiveram resultados dentro do esperado ou superaram os índices previstos, demonstrando eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.

VI. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos seus dirigentes aprovar e rever de forma periódica a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

O processo de gerenciamento de riscos da Entidade busca identificar e considerar fatores internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiras.

Todas estas naturezas de risco podem afetar de modo adverso o alcance dos objetivos da Eletros.

Desta forma, a Eletros monitora o ambiente regulatório ao qual está inserida, assim como o ambiente econômico, financeiro e social, intencionando identificar desvio e corrigir trajetória, com destaque para os seguintes temas, os quais são periodicamente acompanhados pelo Conselho Fiscal, em seu programa de trabalho anual:

1. Estrutura organizacional
2. Capacitação técnico-gerencial
3. Tecnologia
4. Política de investimentos
5. Procedimentos internos - códigos, regimentos e manuais
6. Precificação e gestão de ativos e passivos – ALM
7. Estabelecimento de alçadas em processos decisório
8. Sistemas de informação e comunicação
9. Legislação e Obrigações
10. Código de conduta e ética



11. Auditoria

VI.1 – Revisão da Matriz de Riscos

Cabe destacar que está em curso a revisão dos riscos e controles associados aos processos da Diretoria de Benefícios – DB, iniciada no primeiro semestre de 2020 e ainda não concluída, visando melhor acuidade na identificação e avaliação dos riscos e controles associados aos processos de investimentos da Diretoria Financeira – DF, e desenho dos fluxogramas dos processos e sub processos, pelo que a conclusão da matriz de risco, com a implementação de controles desenhados pela administração da Fundação, é prevista para ocorrer ainda dentro do exercício de 2020.

VI.2 – Auditorias de Patrocinadoras

a) Controles Internos

A Entidade conta com os serviços de auditoria independente sobre seus controles internos executados pela KPMG Auditores Independentes. Contudo, sobre a data base de 30 de junho, para a qual é executada pelos auditores independentes uma revisão limitada sobre as demonstrações contábeis e ambiente de controles da Entidade.

Importante destacar que durante a oitava deste CFE, realizada em 16 de outubro de 2020, com os auditores independentes por ocasião da apreciação das demonstrações financeiras intercalares de 2020, valendo dizer, 30 de junho de 2020, os mesmos foram indagados sobre o ambiente de controles e percepção de fragilidades, não tendo sido relatada preocupação relevante neste sentido.

Importante registrar que os trabalhos de revisão limitada se pautam pela Norma NBC TR 2410 - Revisão de Informações contábeis intermediárias (Resolução CFC 1.274/2010). O procedimento de revisão limitada visa eminentemente atualizar o entendimento sobre a Entidade e de seu ambiente de controle interno por meio de indagações durante os trabalhos de campo, de forma a permitir ao auditor expressar conclusão sobre as informações, em especial sobre terem sido elaboradas adequadamente em todos os seus aspectos relevantes.

Tal entendimento dos auditores encontra-se expresso em seu Relatório de Revisão Limitada, datado de 16 de novembro de 2020, sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas pela diretoria da Eletros e apreciadas pelo Conselho Deliberativo em sua 418ª reunião, realizada em 16 de novembro de 2020, oportunidade na qual elas foram formalmente aprovadas por aquele Colegiado, não havendo recomendações quanto a deficiências ou ineficácias significativas que requeiram a atenção do Conselho Fiscal, à exceção:

- a) Ausência de evidência de revisão nas bases atuariais (base cadastral), para o que, cabe registrar, há ações em fase de implementação com o objetivo de sanear a base de cadastro existente dos participantes, tendo a administração antecipado o início do processo de recadastramento dos participantes e assistidos para agosto de 2020;



- b) Melhorias na preparação das demonstrações contábeis, para o que a administração vem adotando novas práticas na sua elaboração de forma a mitigar riscos de não conformidade; e
- c) Reconhecimento das despesas com eventos/sinistros por valor líquido e após data do aviso na Gestão Assistencial, sendo que para esta questão a administração da Entidade manifesta sua intenção de implementar adequações no sistema de gestão de Saúde, o que ainda não foi verificado.

b) Demonstrações Contábeis

A Entidade conta com os serviços de auditoria independente sobre suas demonstrações contábeis executados pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu Relatório de Revisão Limitada sobre as demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2020, datado de 19 de novembro de 2020.

O opinião dos auditores, sem ênfases ou ressalvas, é no sentido de que as demonstrações contábeis intercalares da Entidade apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletros, e individual por plano de benefício, em 30 de junho de 2020, assim como o desempenho de suas operações no período, e estão de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

VI.4 - Canal de Denúncias da Entidade

A Entidade conta com um Canal de Denúncias terceirizado, operado pela empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., sendo denominado Canal de Integridade da Eletros, tendo entrado em operação em fevereiro de 2020, não tendo sido de conhecimento do CFE nenhuma denúncia que merecesse especial atenção.

VI.5 – Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD 2010/2011

Em relação a recomendação de Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD de 2010/2011, a Eletros recebeu no mês de março de 2020 a aprovação da SEST quanto ao plano de equacionamento proposto, tendo sua implementação ocorrida em abril de 2020.

VI.6 – Recomendações do Conselho Fiscal relativas ao 1º Semestre/2019 e Acompanhamento:

Ao longo do cumprimento de seu programa de trabalho, o CFE identifica oportunidades de aperfeiçoamento de processos e controles, exarando recomendações à administração da Entidade, monitorando suas implementações.

Abaixo verifica-se as principais recomendações emanadas pelo CFE, bem como o status de atendimento:



RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL - CFE - MONITORAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES		
Manifestação	Descrição	Status em 30/06/2020
2019-1	Plano BD / TAC	AÇÃO CONCLUÍDA Cronograma todo cumprido por parte da Eletros, cobranças implementadas de acordo com a Carta PR 039/2020, de 19/03/2020, enviada à PREVIC, reportada ao CFE na 405a. Reunião, de 25/03/2020. Em 23/03/2020 a Eletros recebeu o Ofício nº 6/2020/ERRJ/DIFIS/PREVIC formalizando o encerramento do TAC.
2019-2	Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD de 2010/2011	AÇÃO CONCLUÍDA Enviada Carta PR 039/2020, de 19/03/2020, na qual Eletros informou à PREVIC que o referido Plano tinha sido aprovado pela SEST. Em 18/05/2020, a Eletros recebeu da PREVIC o Ofício 21/2020 ERRJ sobre o status de implantação da revisão do Plano de Equacionamento do Déficit 2010/2011, com prazo de resposta de 15 dias, em fase de resposta pela Diretoria de Benefícios Previdenciários.
2019-3	Cobranças às Patrocinadoras	AÇÃO CONCLUÍDA Com relação aos aportes de Reserva de Aposentadorias Especiais, os mesmos não são uma obrigação imediata das Patrocinadoras, pois são apenas a representação futura dessas obrigações que só serão devidas quando da aposentadoria do participante e reconhecimento pelo INSS da aposentadoria especial. Já as demandas judiciais só se tornarão valores devido pelas Patrocinadoras quando da conclusão do processo judicial. Não há ação a ser realizada.
2019-4	Plano de Assistência à Saúde Eletros-Saúde	EM ANDAMENTO: A Eletros encaminhou para as Patrocinadoras as alterações aprovadas pelo CDE. A EPE respondeu com sua aprovação. A Eletrobras aprovou internamente e, realizando os trâmites necessários para a formalização da aprovação, encaminhou a proposta de alteração do Estatuto para aprovação da Sest que solicitou a exclusão de um artigo que não trata só da parte assistencial, objeto da revisão estatutária em questão. Solicitamos à Eletrobras que fosse encaminhada para a Sest um pedido de reconsideração para que aprovação se desse nos termos encaminhados. Estamos no aguardo da avaliação da Sest com relação a este pedido para que possamos dar seguimento junto à PREVIC.



2019-5	Aprimoramento dos controles internos –	EM ANDAMENTO: As ações para o atendimento à recomendação continuam em curso, não obstante as dificuldades trazidas pela quarentena imposta pela pandemia COVID-19. Os processos da DF relacionados aos investimentos estão em fase de homologação. Os processos relacionados à gestão financeira serão mapeadas após a implantação do sistema financeiro, de forma a refletir as atividades utilizando a nova plataforma eletrônica. A expectativa é que todos os processos da DF sejam certificados no 1º semestre de 2021.
2019-6	Aprimoramento do Ambiente Eletrônico de Documentação do CFE	AÇÃO CONCLUÍDA
2019-7	Programa de Integridade, Ética e Transparência na ELETROS	AÇÃO CONCLUÍDA
2019-8	Segregação de Planos por CNPJ	EM ANDAMENTO: Aguardando a regulamentação, sem o que as providências não podem ser implementadas, de acordo com posição da própria Previc em reunião com os Órgãos Estatutários.
2019-9	Reativação dos Comitês dos Planos BD, CD – Eletrobras e CV NOS	AÇÃO CONCLUÍDA O Comitê dos Planos BD e CD Eletrobras está reativado. A última reunião ocorreu em dezembro/2019. Quanto ao do CV ONS, após contatos em que ONS nos solicitou o novo Regimento adaptado inclusive à nova nomenclatura do Plano, dentre outros, e de acordo com o modelo, após interações com AOE, a matéria foi submetida ao CDE, o qual aprovou o novo Regimento Interno na sua reunião de fevereiro/2020 e, em 21/02/2020, o referido Regimento Interno foi enviado ao ONS.
2019-10	Cálculo das Cotas dos Planos/Perfis	EM ANDAMENTO: Foi realizado o treinamento da equipe da GCI no novo sistema financeiro. A equipe está nesse momento trabalhando na atualização das bases no sistema novo. Tudo tem evoluído de acordo com o planejado.



2019-11	Segurança do Ambiente de Tecnologia da Informação	AÇÃO CONCLUÍDA
2019-12	Recadastramento	EM ANDAMENTO: A Administração irá avaliar a possibilidade de realizar um procedimento para realização de recadastramento em um determinado período de tempo. Porém, não haverá uma política de recadastramento. A Diretoria Executiva realizará uma campanha de recadastramento em 2020.
2019-13	Cronograma de Encerramento e Divulgação das Demonstrações Contábeis	AÇÃO CONCLUÍDA
2019-14	Aprimorar o suporte às atividades de fiscalização do CFE	EM ANDAMENTO: As ações para o atendimento à recomendação continuam em curso, não obstante as dificuldades trazidas pela quarentena imposta pela pandemia COVID-19. A expectativa é que uma proposta seja apresentada até o final do ano.
2019-15	Amortização do vesting	AÇÃO CONCLUÍDA: Conforme informado ao CFE na reunião de junho de 2020, já foi realizado e aguarda ser pautado.
2019-16	Mitigação de custos relativos à Sobrecarga Administrativa e Taxa de Administração do Ativo	AÇÃO CONCLUÍDA
2019-17	Aprimoramento das informações de desempenho de cada uma das carteiras terceirizadas	AÇÃO CONCLUÍDA
2019-18	Convênio com o INSS	EM ANDAMENTO: Através da MP - Medida Provisória nº 936/20, convertido para a Lei 14.020, de 06/07/2020, permitiu a manutenção dos convênios para concessão e pagamento de benefícios. A Eletros que já havia solicitado a prorrogação do convênio por mais um ano, ratificou sua solicitação de continuidade do convênio, no entanto, o INSS ainda não deu retorno a Eletros sobre o pedido de renovação.



2019-19	Prova de Vida	EM ANDAMENTO: A Itau Soluções em convênio com a FUNENSEG está disponibilizando o Serviço de compartilhamento de cadastro de óbitos. Solicitamos cotação junto ao referido fornecedor.
2019-20	Divulgação de Legislação e Documentos Normativos	AÇÃO CONCLUÍDA
2020-02	Assinaturas Digitais	AÇÃO CONCLUÍDA
2020-03	Esclarecimentos sobre dúvidas relativas à dispersão dos benefícios no Plano BD Eletrobrás	EM ANDAMENTO: A DEE está com os esforços concentrados para atender as recomendações do Relatório de Manifestação de 2019 para após realizar as solicitações de 2020. A previsão de atendimento é no 2o semestre de 2020.

VI.7 – Conclusão

Desta forma, tomando em conjunto as informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelo Relatório de Revisão Limitada sobre as Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de junho de 2020 emitido pelos Auditores Independentes da Entidade e Relatório Gerencial GRC sobre os processos da Eletros, os quais devem ser lidos em conjunto, o CFE entende que as informações sobre Risco, Controles Internos e Conformidade concernentes ao período abrangido, estão cobertas e suficientemente abrangidas, em todos os seus aspectos relevantes, devendo ser considerada parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes, sendo certo que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua com vistas ao seu aprimoramento constante.

VII – Acompanhamento das Demonstrações Contábeis

Em 16 de outubro de 2020 membros da equipe da KPMG auditores independentes realizaram apresentação ao Conselho Fiscal da ELETROS que teve por objetivo prestar esclarecimentos sobre o escopo da auditoria das demonstrações contábeis, relativas as datas de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020, oportunidade em que expuseram, ao CFE, informações a respeito dos resultados do trabalho que retrata os resultados do primeiros semestre de 2020 e que fazem parte do relatório "Revisão das informações contábeis intermediárias", elaborado pela KPMG, emitido em 19/11/2020.

O relatório: "Revisão das informações contábeis intermediárias", elaborado pela KPMG auditores independentes, em 19 de novembro de 2020, analisou as demonstrações contábeis da ELETROS do período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020, sendo examinados os balanços de todos os planos de benefícios administrados pela ELETROS.



Por se tratar de um relatório de informações contábeis intermediárias, a KPMG auditores independentes afirma no referido relatório, nas páginas 2 e 3, que:

"Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a base de elaboração descrita na nota explicativa 2

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, a qual descreve a base de sua apresentação. As informações contábeis intermediárias foram elaboradas para fornecer informação à administração da ELETROS. Consequentemente, as referidas informações contábeis intermediárias podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação da administração da ELETROS e não deve ser distribuído ou utilizado por outras pessoas além da administração da ELETROS. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto."

A seguir transcrevemos a nota explicativa nº 2, a que se refere a KPMG auditores independentes e que consta na página 8 do relatório de informações contábeis intermediárias:

"2 Apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração da ELETROS de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil relevantes para a apresentação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade -CFC, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar -CNPC e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC"), do Ministério da Fazenda. Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas exclusivamente para fins de informação da Administração da ELETROS. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2020 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2019.

O acompanhamento das demonstrações contábeis é realizado mensalmente pelo CFE, com a análise e discussão interna e com técnicos da ELETROS, durante as reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do CFE e, adicionalmente, tendo por base o relatório revisão das informações contábeis intermediárias, relativo ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020, cabe destacar:

Contribuições em atraso:

Referem-se aos recursos a receber do plano BD Eletrobrás, relativos às contribuições previdenciais demonstradas abaixo:

Descrição	Exercício findo em	
	30.06.20	31.12.19
Contribuições Extraordinárias I	419	-
Contribuição Assistidos	419	-

(a)



			-
Contribuições Extraordinárias II		4.481	-
Contribuição Assistidos	(a)	4.481	-
Contribuições Extraordinárias III		2.830	-
Contribuição Assistidos	(a)	2.823	-
Participantes em BPD		7	-
Total		7.730	-

Contribuições Extraordinárias I, II e III de responsabilidade dos assistidos:

Referem-se às contribuições em atraso dos assistidos em consequência da tutela antecipada, concedida aos seguintes processos:

1-Processo nº.5007349-96.2020.4.02.5101, ajuizado na 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro que estabeleceu que a Eletros não poderia descontar em folha as contribuições extraordinárias I, II e III (Déficits de 2011, 2013 e 2015) para um determinado grupo de assistidos, a saber: Associados a APEL até janeiro de 2020 (cerca de 790 assistidos e/ou pensionistas, totalizando 796 benefícios suspensos);

2-Processo nº.0061997-78.2020.8.19.0001, ajuizado na 32ª Vara Cível da Comarca da Capital-suspensão das contribuições extraordinárias a partir do contracheque de junho de 2020, retroativa a maio de 2020(11 assistidos e 1 pensionista);

3-Processo nº.5001597-25.2020.4.02.5108, ajuizado na 1ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia-suspensão a partir do contracheque de junho de 2020(1 assistido);

Exigível contingencial - Contingências -Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado;
- (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação

Descrição	30.06.20	31.12.19
Gestão Previdencial	12.023	12.386
Aposentadorias	516	95
Provisão de processos Cíveis e Trabalhistas	10.761	11.554



Processos Trabalhistas	746	737
Gestão Administrativa	23.087	22.037
Contingências Tributárias	22.921	21.873
Outros Processos	166	164
Investimentos	3.999	3.971
Tributárias IN SRF 170	3.199	3.178
RET	575	571
Outros Processos	225	222
Total	39.109	38.394

Transferência de gerenciamento do Plano CD CERON

No ano de 2019 foi conduzido o processo de migração do plano CD CERON para a EFPC EnergisaPrev, o processo foi concluído em janeiro de 2020 com a EnergisaPrev tendo assumido todas as responsabilidades administrativas do plano CD CERON. Cabe ressaltar que os resultados contábeis demonstrados em 31 de dezembro de 2019 tinham a ELETROS como gestora do plano CD CERON.

A transferência de gerenciamento do plano CD CERON ocorreu em função da mudança do controle da empresa CERON – Centrais Elétricas Rondônia, assumido pela Energisa S/A, fato publicado no Diário Oficial da União, no dia 01 de novembro de 2018, na página 118, seção 3.

Nos meses de janeiro a março de 2020, a ELETROS transferiu majoritariamente o patrimônio do Plano CD CERON a ENERGISAPREV. Em 30 de junho de 2020, o plano possuía o patrimônio aplicado de R\$ 426, dos quais R\$ 416 referem-se a passivo contingente do plano de benefícios e sob responsabilidade da ELETROS. A transferência deste patrimônio remanescente foi concluída em julho de 2020, após a decisão proferida pelo desembargador, em 06/07/2020, referente à transferência de responsabilidade para ENERGISAPREV do processo n. 7004255-67.2017.8.22.0010;

Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD Eletrobras

No dia 16 de dezembro de 2019, a ELETROS publicou em seu site os Comunicados sobre os Planos de Equacionamento dos Déficits revistos dos exercícios de 2013, 2015, conforme TAC e próximos passos. A Eletros enviou à PREVIC–Seção RJ a Carta-PR -193/19, de 27 de dezembro de 2019 com o Status do TAC referenciado acima.

No dia 28/01/2020, a Eletros recebeu os Instrumentos assinados das patrocinadoras. A partir de fevereiro/2020 foram iniciadas as cobranças extraordinárias referentes à revisão dos Planos de Equacionamento dos Déficits dos exercícios de 2013 e 2015.

Conforme consta da Carta PR 039/2020, de 19/03/2020, a ELETROS apresentou à PREVIC ERRJ o Relatório Final de Implementação das Cobranças Extraordinárias -Termo de Ajustamento de Conduta –TAC relativo à Revisão dos Equacionamentos dos Déficits de 2013 e 2015 do Plano BD –Item 3.9, demonstrando a implementação detalhadamente, por categoria de participantes e patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

Em 27/02/2020, a Eletros recebeu a Intimação de Tutela Antecipada (liminar) da ação judicial número 5007349-96.2020.4.02.510, em trâmite na 14ª Vara Federal, movida pela



Associação dos Aposentados Participantes da Eletros –APEL contra Eletros, Eletrobras, Previc e União. A tutela de urgência foi parcialmente deferida para determinar a imediata suspensão da cobrança de contribuições extraordinárias dos assistidos vinculados ao Plano de Benefício Definido, para o pagamento de déficit, inclusive os referentes ao Plano de Equacionamento de Déficit de 2013 e 2015 e, caso já realizada alguma cobrança, determinou seu imediato estorno aos assistidos.

Em 05/03/2020, a Previc protocolou Agravo de Instrumento contra decisão da tutela antecipada no processo da APEL, solicitando efeito suspensivo, que foi indeferido pelo Juízo. A Eletros ingressou com o recurso de Embargos de Declaração, o qual, todavia não foi apreciado pelo juízo, e ingressou, tempestivamente, com recurso de Agravo de Instrumento com objetivo de reverter a decisão. Contudo, em razão do estado de emergência em que se encontra o Estado do Rio de Janeiro, devido a Pandemia do vírus Covid19, todos os prazos processuais estavam suspensos, conforme decisão do TRF2.

Neste contexto, não obstante a contribuição extraordinária tenha sido implementada e cobrada no contracheque dos Assistidos, referente ao mês de fevereiro de 2020, o que evidencia o cumprimento do Plano de Equacionamento aprovado pela Eletros e respectivas Patrocinadoras, caso não fosse possível reverter a tutela de urgência concedida aos Assistidos, a Eletros seria obrigada a suspender as referidas cobranças. Adicionalmente, em relação ao item 1.15 do TAC, que versa sobre o equacionamento do déficit dos exercícios de 2010/2011, a Eletros recebeu, no dia 12 de março de 2020, Ofício SEI n 58079/2020/ME, de 11 de março de 2020, encaminhado para Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, que encaminhava a Nota Técnica SEI n 3177/2020/ME, a qual aprovou a revisão do Plano de Equacionamento do Déficit 2010/2011 –BD Eletrobrás, de tal forma que, após cálculo do novo plano de custeio pelos atuários do plano, será realizada a cobrança e o processamento dos créditos devidos na folha de pagamento dos participantes ativos e assistidos que tenham direito.

Em 23/03/2020, a PREVIC Seção ERRJ enviou a ELETROS, como resposta, o Ofício n° 6/2020 ERRJ/DIFIS/PREVIC, comunicando o encerramento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que teve como objetivo a adequação dos Planos de Equacionamento do Déficit dos exercícios de 2013 e 2015 aos ditames legais. A PREVIC ERRJ vem monitorando junto a ELETROS a situação das ações judiciais que versam sobre o TAC.

Em 25/05/2020, a ELETROS respondeu ao Ofício 21/2020/ERRJ, recebido em 18/05/2020, por meio da Carta PR 078/2020, que informou sobre a implantação da revisão do Plano de Equacionamento do Déficit 2010/2011.

VII.1 Aporte de Reserva de Aposentadorias Especiais e Demandas Judiciais.

Conforme o relatório :“ Revisão das informações contábeis intermediárias”, elaborado pela KPMG auditores independentes, no item 7.3 do referido relatório e registrado valores a serem aportados pelas patrocinadoras Eletrobras e Cepel, referentes às reservas destinadas a aposentadorias com tempo de contribuição em atividade especial reconhecida pela Previdência Social, conforme tabela abaixo.

Patrocinadoras:	Plano de Benefícios	30.06.20	31.12.19
ELETROBRAS	BD	(14.484)	(13.948)
ELETROBRAS	CD	(2.899)	(2.796)



CEPEL	CD	(7.956)	(7.675)
Total		(25.339)	(24.419)

VIII – Documentos de Referência (Analisados) no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020:

- Legislação e normativos citados.
- Relatórios de Investimentos.
- Memorando DF/GIN 009/2020
- Memorando PR/GJU - 040/20
- Relatório Gerencial de Controles Internos.
- Relatório de Recomendações sobre os Controles Internos – KPMG
- Relatório sobre as Demonstrações Intermediárias – Revisão Limitada – KPMG
- Balancetes dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Política de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Pareceres Atuariais.
- Testes de Aderência de Hipóteses Atuariais e Taxas de Juros.
- Memorando DB/ACB 009/2020.
- Previsão Orçamentária.
- Relatórios de Acompanhamentos Orçamentários e Memorandos de Justificativas que compõem os Relatórios trimestrais respectivos.
- Atas dos Comitês Temáticos.
- Atas com as Deliberações do Conselho Deliberativo.
- Atas com as Resoluções de Diretoria Executiva.



IX – Manifestação

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, o Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, com base nas verificações e análises efetuadas no desempenho de seu programa de trabalho, analisando a documentação de referência, observado o conteúdo do presente Relatório, manifesta-se que o modelo de governança da ELETROS está adequado ao proposto CGPC, e que as melhorias advindas do avanço da legislação, por parte dos órgãos reguladores, bem como práticas de mercado, vêm sendo implementadas continuamente, registrando que:

1. Este Conselho vem acompanhando sistematicamente a execução das estratégias aprovadas pelo Conselho Deliberativo, e o cumprimento da Política de Alçadas de Investimentos. É realizada análise de observância dos eventos estimados e ocorridos para o período, tendo como referência as premissas e hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais.
2. A execução orçamentária é acompanhada mensalmente, cujo resultado demonstra que a Entidade vem cumprindo o planejamento orçamentário aprovado pelo Conselho Deliberativo.
3. A ELETROS, em atendimento à legislação vigente, busca continuamente a qualificação de seus dirigentes, gestores e colaboradores, e, dos membros alcançados pela legislação atualizada, Instrução PREVIC 13/2019, dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento.
4. Este Conselho acompanha a posição das ocorrências de riscos, bem como a implementação de ações para mitigar sua recorrência, conforme resultado do monitoramento apresentado pela área de Controle – Gestão de Riscos e Compliance (GRC).
5. Os resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa - PGA, aprovados para 2020, estão enquadrados nos limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo.
6. O resultado da auditoria independente e das patrocinadoras, bem como a implementação das recomendações apresentadas nos relatórios gerados pelos auditores é acompanhado por este Conselho.

Além disso, o Conselho Fiscal efetua recomendações e acompanha o andamento dos atendimentos, conforme pode ser observado no item VI.6

As informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelos documentos de referência, os quais devem ser lidos em conjunto, devem ser considerados como parte do



processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

X. Glossário de Termos:

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD CERON – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Plano CD Puro Consolidado -refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado -refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;

DF – Diretoria Financeira;

GTI – Gestão de Tecnologia da Informação da ELETROS;

ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

PGA – Plano de Gestão Administrativa;



PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
SISOBI – Sistema Informatizado de Controle de Óbitos.

XII. Assinaturas

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2020.

Ailton Andrade

Presidente do CFE

Dan Abensur Gandelman

João Vicente Amato Torres

